

Acordo deverá combater "lavagem" de dinheiro

GAZETA MERCANTIL

por Mariângela Gallucci
e Isabel Versiani
de Brasília

10 SET 1996

Os governos brasileiro e colombiano marcaram para os dias 14 e 15 de outubro uma reunião de alto nível, em Brasília, para discutir cooperação policial na zona de fronteira entre os dois países e formas de reprimir a "lavagem" de dinheiro e o narcotráfico. A ministra das Relações Exteriores da Colômbia, María Emma Mejía, está no Brasil e ontem se encontrou com o ministro da Justiça, Nelson Jobim, com quem discutiu o assunto. Ela também esteve com o presidente Fernando Henrique Cardoso e repassou os principais temas da agenda bilateral.

O assessor adjunto de assuntos internacionais do Ministério da Justiça, Cláudio Vasconcelos, informou que Brasil e Colômbia deverão estudar a assinatura de acordos de transferência de presos, extradição e cartas rogatórias (decisão de Justiça de um país que tem de ser cumprida pela Justiça de um outro governo), a exemplo do que será feito no Mercosul. O ministro Jobim sugeriu, ainda, que seja empreendida uma proximidade entre o Poder Judiciário da Colômbia e do Brasil, principalmente dos tribunais superiores para garantir o cumprimento desses acordos.

A ministra Mejía afirmou que é fundamental que os outros países colaborem no combate ao narcotráfico na Colômbia. Segundo ela, o governo colombiano gasta hoje US\$ 1 bilhão por ano na luta contra as drogas. Desse total, apenas 15% seria oriundo de programas de cooperação internacional. Os

Estados Unidos, que em 1990 colaboraram com US\$ 55 milhões para a causa, em 1995 só teriam gasto US\$ 13,5 milhões. "Temos de buscar uma política internacional para esse flagelo que é internacional. A Colômbia não conseguirá resolver sozinha o problema das drogas", declarou Mejía.

Com o presidente Fernando Henrique, Mejía tratou, entre outros assuntos, do recente compromisso que a Comunidade Andina, da qual a Colômbia faz parte, e o Mercosul fizeram no sentido de negociar, em bloco, uma área de livre comércio. "A integração de Pacto Andino com o Mercosul é irreversível", declarou a ministra ao ressaltar que a integração regional é a sua prioridade à frente do ministério, que assumiu em julho último.

Mejía afirmou que seu país ainda não tem uma projeção clara do quanto a associação com o Mercosul vai significar em termos de crescimento comercial para as duas regiões, mas, como exemplo, ela informou que as relações comerciais com a Venezuela sextuplicaram nos últimos quatro anos depois da assinatura de um tratado de integração, tendo chegado a US\$ 3 bilhões por ano.

Com o Brasil, especificamente, a Colômbia tem o maior interesse, segundo a ministra, em aumentar as exportações de carvão. Hoje, as vendas do produto para o Brasil não passam de 1 mil toneladas por ano, mas Mejía afirmou que há expectativa de que esse volume possa "aumentar muito". Para incentivar o comércio, os governos colombiano e brasileiro promoverão um encontro de empresários em fevereiro próximo, no Brasil.